

Paulo Pinto de Albuquerque

Professor Catedrático da Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa
Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Comentário

do

Código Penal

à luz da Constituição da República e da
Convenção Europeia dos Direitos do Homem

3.^a edição atualizada

Universidade Católica Editora

Introdução à terceira edição

Desde a publicação da anterior edição deste comentário, verificaram-se treze revisões do Código Penal, a um ritmo de três por ano. As múltiplas reformas em diplomas complementares do código que se sucederam neste período tornam a tarefa de comentar o código ainda mais difícil. Não obstante, a terceira edição persiste no esforço de manter o comentário atualizado, tendo em conta as seguintes leis penais ou com relevância para o direito penal entretanto publicadas:

A Lei n.º 4/2011, de 16 de fevereiro, que procede à vigésima sétima alteração ao Código Penal e à quarta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, relativa a crimes de responsabilidade de titulares de cargos políticos;

A Lei n.º 17/2011, de 3 de maio, que criminaliza o incitamento público à prática de infrações terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo, dando cumprimento à Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, do Conselho, de 28 de novembro, que altera a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, relativa à luta contra o terrorismo, e procede à terceira alteração da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto;

A Lei n.º 56/2011, de 15 de novembro, que altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente, procede à vigésima oitava alteração do Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, e a Diretiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro;

A Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, que inclui a primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;

A Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, que aprova a vigésima nona alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas;

A Lei n.º 21/2013, de 21 de fevereiro, que procede à terceira alteração do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro;

A Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto, que procede à trigésima alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, à quarta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, e à primeira alteração às Leis n.ºs 101/2001, de 25 de agosto, e 45/2011, de 24 de junho, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI, do Conselho;

A Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de agosto, que aprova o regime do segredo de Estado, procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal e à trigésima primeira alteração ao Código Penal e revoga a Lei n.º 6/94, de 7 de abril;

A Lei n.º 59/2014, de 26 de agosto, que procede à trigésima segunda alteração ao Código Penal, qualificando os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais;

A Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que procede à trigésima terceira alteração ao Código Penal, criminalizando os maus-tratos a animais de companhia;

A Lei n.º 82/2014, de 30 de dezembro, que procede à trigésima quarta alteração ao Código Penal;

A Lei Orgânica n.º 1/2015, de 8 de janeiro, que aprova a primeira alteração ao Regime do Segredo de Estado, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de agosto, e trigésima quinta alteração ao Código Penal;

A Lei n.º 30/2015, de 22 de abril, que aprova a trigésima sexta alteração ao Código Penal (por lapso, designada trigésima quinta), sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

A Lei n.º 37/2015, de 5 de maio, que estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro 2009/315/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto;

A Lei n.º 81/2015, de 3 de agosto, que aprova a trigésima sétima alteração ao Código Penal, transpondo integralmente as Diretivas 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva 2005/35/CE, relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações;

A Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto, que aprova a trigésima oitava alteração ao Código Penal, autonomizando o crime de mutilação genital feminina, criando os crimes de perseguição e casamento forçado e alterando os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul;

A Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, que aprova a trigésima nona alteração ao Código Penal, transpondo a Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor; primeira alteração à Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro; primeira alteração à Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, e segunda alteração à Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto;

A Lei n.º 110/2015, de 26 de agosto, que aprova a quadragésima alteração ao Código Penal e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 317/2009, de 29 de outubro; e

A Lei n.º 158/2015, de 17 de setembro, que aprova o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, bem como o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças e de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo as Decisões-Quadro 2008/909/JAI, do Conselho, e 2008/947/JAI, do Conselho, ambas de 27 de novembro de 2008.

A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça foi atualizada até ao dia 24 de setembro de 2015.

As edições anteriores possuíam uma lista bibliográfica com indicação exaustiva das obras publicadas por autores portugueses ou em língua portuguesa e indicação selecionada das obras dos autores estrangeiros mais relevantes para o estudo do direito nacional. Esta lista foi completada com as obras mais recentes. Entendi ser útil introduzir ainda listas exaustivas da bibliografia portuguesa sobre as matérias objeto de cada um dos artigos do CP, bem como sobre os fundamentos do direito penal português, do direito penal económico, do direito penal fiscal, do direito penal informático, do direito

penal de autor, do direito penal de estupefacientes, do direito penal militar, do direito internacional penal, do direito europeu penal, da vitimologia, da criminologia e da mediação penal. Além de facilitarem a pesquisa bibliográfica ao leitor, quis com estas listas temáticas preparar o terreno para uma história do direito penal português.

O volume da bibliografia relativa a cada título e capítulo do CP é muito desigual: nota-se a existência de modas literárias, multiplicando-se num período de tempo limitado o número de estudos sobre certo crime ou categoria de crimes, como sucedeu no passado com os crimes de aborto e de branqueamento de capitais e ocorre presentemente com o crime de violência doméstica. Há ainda áreas do CP que não foram objeto de estudos temáticos específicos, como os crimes contra a segurança do Estado, bem como fora do CP, como o direito penal militar. A criminologia tem merecido mais atenção do que a vitimologia. A bibliografia sobre direito internacional penal e direito europeu penal também está longe do tratamento que merece. Mais grave ainda: a bibliografia dos autores nacionais é ignorada pelos próprios conterrâneos, preferindo alguns um monólogo sobre a obra de autores estrangeiros a um diálogo com os autores nacionais. São raríssimas as obras de portugueses publicadas em línguas estrangeiras como raríssimas são as obras de estrangeiros publicadas sobre direito nacional.

O texto do Código Penal apresenta duas ortografias distintas. Embora a nova ortografia tenha sido utilizada desde a vigésima nona alteração introduzida pela Lei n.º 19/2013, o legislador ainda não procedeu a uma republicação integral do texto do Código com a nova ortografia.

Agradeço os comentários e as sugestões que os leitores tiveram a gentileza de me enviar. A eles devo algumas das alterações a que procedi no texto. O meu endereço de correio eletrónico mantém-se: palbu@fd.lisboa.ucp.pt